

**PANORAMA DAS ARTICULAÇÕES ENTRE O ESTUDO DE IMPACTO DE
VIZINHANÇA SOB DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-355>

Data de submissão: 21/11/2024

Data de publicação: 21/12/2024

Armando Augusto Coelho da Silva Bittencourt

Mestrando do Programa do Pós-graduação em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia, nível de mestrado (PPGTEC) Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Email: bittencourt.armando78@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9313584050420383>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2821-3093>

Fabrício Paiva Lima

Mestrando do Programa do Pós-graduação em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia, nível de mestrado (PPGTEC) Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Email: fabricioatm13@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/3885871354222868>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9016-326X>

Erik Cuellar Coutinho

Graduando de Engenharia de Produção
Centro Universitário do Pará (CESUPA)
Email: erikccoutinho0512@gmail.com
LATTES: CV: <http://lattes.cnpq.br/1347971869082993>
ORCID: <https://orcid.org/0009-6176-5879>

Josyane Brasil da Silva

Doutorado no Programa de Pós-graduação em saúde animal na Amazônia
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Email: josybrasil@uepa.br
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2789098316302912>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2382-2552>

Octavio Dourado Cascaes Junior

Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Email: octavio.junior@uepa.br
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3579946745438417>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3202-6737>

Lucy Anne Cardoso Lobão Gutierrez

Doutorado em Geociências

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Email: lucyannegutierrez@uepa.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4345569332925330>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4199-1977>

Elzelis Muller da Silva

Doutorado em Engenharia de Recursos Naturais pela Universidade Federal do Pará

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Email: elzelis@uepa.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6987166123119349>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6778-520X>

Eliane de Castro Coutinho

Doutorado em Ciências Ambientais

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Email: elianecoutinho@uepa.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7392327864420841>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3152-7828>

RESUMO

O Estudo do Impacto de Vizinhança (EIV) tem como objetivo a identificação a identificação de forma prévia os possíveis impactos urbanísticos, positivos e negativos, em decorrência da implantação de empreendimentos ou atividades de grande porte em áreas físicas dentro do município. Por essa razão esta pesquisa visou levantar as evidências científicas sobre os avanços e desafios para a utilização do EIV nos municípios brasileiros sob o viés da Meta 11.1 do ODS. Para tanto, como escolha metodológica, foi desenvolvida uma Revisão Integrativa da Literatura realizada por meio de uma abordagem qualitativa, considerada como apropriada para se discutir como vem sendo construído o conhecimento sobre os avanços e desafios para a utilização do EIV e o crescimento urbano desordenado e sua importância para as cidades, população e o cuidado necessário com a conservação do meio ambiente. Ao concluir a presente pesquisa ficou evidenciado que o EIV é uma ferramenta que se adotada de forma eficiente será capaz de contribuir com a criação de cidades sustentáveis, por meio do equilíbrio entre crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Válido acrescentar que o conteúdo das pesquisas permitem afirmar que se mostra primordial a adoção de ferramentas que contribuam com a sustentabilidade das cidades e assim garantir o acesso equitativo a recursos e oportunidades e melhorar a qualidade de vida de todos os residentes.

Palavras-chave: Estudo do Impacto de Vizinhança, Impacto ambiental, Estatuto da Cidade, Objetivo do Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo parte da ideia de que o processo de crescimento desordenado e não planejado das cidades brasileiras, a degradação ambiental e as tensões sociais vêm colocando os municípios brasileiros sob severas pressões sobre o desenvolvimento humano e social.

Dessa forma, é possível encontrar várias pesquisas na literatura, que tratam do crescimento urbano desordenado, traz um ponto em comum nas abordagens em parte desses estudos, a ideia de que esse processo, consome muita energia, cria infraestruturas e serviços públicos inadequados, e, é responsável por grandes emissões de carbono, trazendo a poluição ambiental grave (Mourão *et al.*, 2019; Soeiro Vieira *et al.*, 2022, Saleme e Micchelucci, 2023).

Nessa dinâmica, em que pese existir a expressa previsão constitucional preconizada pela Constituição Federal de 1988, trazendo diretrizes gerais sobre o Direito à Cidade, especialmente, com demandas ligadas ao meio ambiente e questões urbanísticas, visando o bem-estar futuro e a garantia que haja condições de uso para uma sociedade futura que suceda à atual (Brasil, 1988).

A legislação nacional que trata da implementação do Estudo do Impacto de Vizinhança (EIV) é a Lei 10.257 de 2001, denominada Estatuto da Cidade. tendo como objetivo a identificação de forma prévia os possíveis impactos urbanísticos, positivos e negativos, em decorrência da implantação de empreendimentos ou atividades de grande porte em áreas físicas dentro do município (Brasil, 2001).

Sobre essa questão, os estudos de Almeida e Calais (2021), Soeiro Vieira *et al.* (2022) e Saleme e Micchelucci (2023), indicam de forma similar, a existência de se explorar os entraves, fragilidades e potencialidades da utilização do EIV nos municípios brasileiros e suas implicações na área da proteção ao meio ambiente, assim como, utilização do EIV como instrumento de efetivação e controle da legislação urbanística.

Conforme reforça a, a maior ou menor ênfase e aprofundamento a ser considerado em relação a um ou outro impacto, resulta da configuração do tipo e porte do empreendimento, e do contexto urbano, socioeconômico e cultural do lugar. Sánchez (2006) considera que o termo é usado para descrever impactos locais em áreas urbanas como sobrecarga do sistema viário, saturação da infraestrutura, alterações microclimáticas, aumento da frequência e intensidade de inundações devido à impermeabilização do solo, entre outros.

Para Silva (2022), a ineficiência no uso do solo urbano é um dos problemas causados pela rápida urbanização. O indicador 11.3.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU foi concebido para testar a eficiência do uso do solo urbano. No entanto, uma cidade economicamente desenvolvida não é sinônimo de uma cidade sustentável. As cidades precisam se qualificar para

proporcionar aos seus habitantes, uma qualidade de vida digna e encontrar alternativas para um desenvolvimento econômico e sustentável.

Kronemberger (2019, p. 40), acenam para a ideia de que a Agenda 2030 se mostra importante, em decorrência, de abranger de forma global questões e demandas ligadas ao meio ambiente, sociedade e economia, assim como, as questões institucionais do Desenvolvimento Sustentável. Traz em seu bojo, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 232 indicadores, além da Declaração (visão, princípios e compromissos compartilhados).

Ao desenvolver esses argumentos, entende-se que quando há um planejamento inadequado, vislumbra-se a ideia de que o crescimento urbano desordenado pode conduzir a congestionamentos, taxas de criminalidade mais elevadas, poluição, níveis aumentados de desigualdade e exclusão social. Por outro lado, a literatura de Fabrício *et al.* (2019), apontam para a ideia de ser necessário que haja a necessidade da promoção e execução de práticas sustentáveis de produção e consumo voltadas para o alcance de um dos principais desafios da contemporaneidade que é o Desenvolvimento Sustentável. Assim, os municípios brasileiros vêm convivendo com o paradoxo de se manter o pensamento capitalista e progressivo contra a necessidade do alcance do desenvolvimento e o cuidado da preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Por isso, este estudo traz uma abordagem de forma interdisciplinar de como o homem se relaciona com o meio ambiente, especificamente, com relação a questões que tratam dos avanços e desafios para a utilização do EIV nos municípios brasileiros sob o viés da Meta 11.1 do ODS.

Desta forma, este artigo apresenta uma revisão Integrativa da literatura, focando na necessidade da evolução conjunta da sociedade e da natureza. Além da expansão desordenada das cidades, entende-se que a rápida urbanização trouxe muitos problemas e desafios, incluindo o crescente número de moradores de favelas, aumento da poluição do ar, grandes volumes de resíduos sólidos e serviços e infraestrutura básicos insuficientes ou inacessíveis à população mais vulnerável, que tornaram as cidades mais vulneráveis a desastres.

Diante deste contexto, formulou-se a seguinte questão norteadora de pesquisa: Quais as evidências científicas sobre os avanços e desafios para a utilização do EIV nos municípios brasileiros sob o viés do Desenvolvimento Sustentável?

Nesse cenário, a justificativa da realização da presente pesquisa se dá pela importância de contribuir com a construção do conhecimento sobre a efetividade das práticas do EIV no Brasil como uma ferramenta de planejamento e gestão urbana, assim como, identificar como o desempenho dessa ferramenta pode contribuir para o alcance da Meta 11.1 do ODS 11 da ONU. Acrescente aqui ser relevante buscar evidenciar os avanços e desafios para a utilização do EIV nos municípios brasileiros

sob o viés da Meta 11.1 do ODS, podendo assim, contribuir para a construção de um entendimento sobre a avaliação dos impactos de vizinhança e sua importância para as cidades, população e o cuidado necessário com a conservação do meio ambiente.

Portanto, o objetivo deste artigo é levantar as evidências científicas sobre os avanços e desafios para a utilização do EIV nos municípios brasileiros sob o viés do Desenvolvimento Sustentável.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura realizada por meio de uma abordagem qualitativa, considerada como apropriada para se discutir como vem sendo construído o conhecimento por meio das evidências relacionadas sobre os avanços e desafios para a utilização do EIV nos municípios brasileiros sob o viés da Meta 11 do ODS.

Dessa forma, durante o desenvolvimento do estudo serão percorridas seis etapas (Figura 1), conforme são preconizadas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): a) Identificar a questão norteadora; b) Levantar os critérios de inclusão e exclusão e amostragem de busca na literatura; c) Coletar os dados; d) Analisar criticamente as pesquisas escolhidas; e) Discutir os resultados e f) Sintetizar e apresentar a revisão.

Figura 1 – Fluxograma das etapas da Revisão Integrativa da Literatura



Fonte: Mendes, Silveira e Galvão (2008)

As bases de dados online foram consultadas, no período dezembro de 2023 a janeiro de 2024: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Plataformas Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*, utilizando para a busca as seguintes palavras-chave: “Estudo de Impacto de Vizinhança”, “Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11”, “Gestão Urbana” e “Preservação do Meio Ambiente”, em português, publicados no período entre 2019 à 2023, com *Qualis* B1 à A1.

Os critérios de exclusão foram: produções com textos incompletos ou repetidos e publicações e que estejam fora do lapso temporal estabelecido. Para identificar questões que estão relacionadas sobre os avanços e desafios para a utilização do EIV nos municípios brasileiros sob o viés da Meta 11 do ODS, com o auxílio do software *Iramuteq*, as palavras mais significantes que mais aparecem nos resumos dos trabalhos selecionados.

Sobre essa questão, Souza *et al.* (2020), afirmam que a utilização do *Iramuteq* na análise de dados de entrevistas pode ocorrer de diferentes maneiras. Neste estudo, focou-se na análise “Nuvem de Palavras”, que segundo Alves *et al.* (2022, p. 10), “[...] esse tipo de análise projeta as palavras estruturadas em forma de nuvem, com tamanhos diferentes, sendo as maiores aquelas que detêm certa importância, por se repetirem mais vezes no corpus textual.”

De posse dos artigos escolhidos, cada artigo, foi lido de forma minuciosa e integralmente, afim de se analisar criticamente o conteúdo do material e refletir sobre as formas de abordagens que os estudos trouxeram em seus dados. Todas as publicações, sem exceção, passaram por esse crivo em que foi possível elencar as principais conclusões encontradas pela literatura pesquisada sobre o tema.

Posteriormente, as constatações encontradas nos conteúdos analisados, foram descritas em categorias de análises, para que fosse possível viabilizar o fornecimento de subsídios na resposta da questão norteadora da pesquisa. Desse modo, os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, que se trata de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Franco, 2020).

Além disso, o conteúdo dos artigos analisados foi mantido na sua originalidade, ou seja, estes artigos não se prenderam em desvirtuar em qualquer momento as ideias defendidas pelos autores escolhidos na presente Revisão Integrativa da Literatura. Quanto aos riscos da pesquisa, ficou evidente a possibilidade das ocorrências de possíveis similaridades nas análises e a discussão realizada, o que pode ser caracterizado como plágio, por isso, o autor teve a preocupação de dar os créditos devidos aos autores que contribuíram com a pesquisa. Para que isso não ocorresse, buscou-se respeitar o que preconiza a Lei nº 9.610/1998, que trata dos Direitos Autorais no Brasil (Brasil, 1988), assim como, a Norma Regulamentadora da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) nº 10520/ 2023, recentemente atualizada, que trata de Citações em documentos.

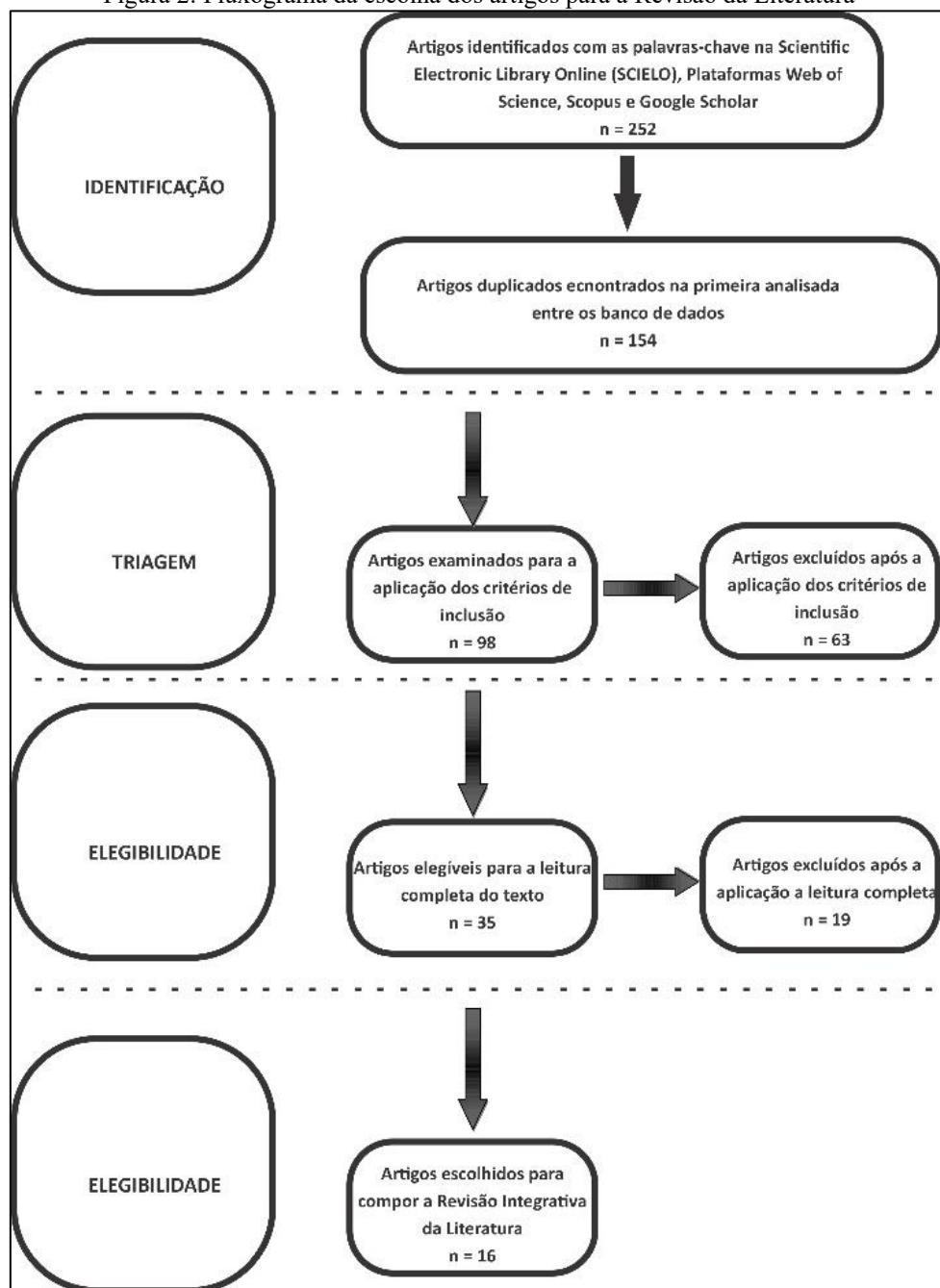
3 RESULTADOS

De forma preliminar encontrou-se 252 artigos para a triagem inicial nos bancos de dados *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, *Plataformas Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*, dos quais 154 foram excluídos, tendo como critério a adequação do título ao tema investigado e a exclusão de ocorrências duplicadas. Após o primeiro refinamento, foram realizadas leituras em resumos de 98 trabalhos, a fim de verificar se o conteúdo dos artigos estava adequado à presente pesquisa, assim como as metodologias desenvolvidas nos referidos artigos, por esse motivo, resultou na exclusão de 63 artigos inadequados ao tema proposto para essa investigação.

Assim, em uma nova filtragem com os termos “Estudo de Impacto de Vizinhança” *AND* “Gestão Urbana” e “Estudo de Impacto de Vizinhança” *AND* “Preservação do Meio Ambiente” e “Estudo de Impacto de Vizinhança” *AND* “Objetivo do Desenvolvimento Sustentável”, e a leitura dos 35 textos na íntegra, analisando individualmente cada artigo e aplicando os fatores e inclusão e critérios de elegibilidade foram feitas, filtragem que resultou na exclusão de 19 artigos, reduzindo-se a 16 artigos, os quais conseguiram se enquadrar nos critérios de inclusão, os quais foram lidos na íntegra e incluídos neste estudo. A amostra final foi composta por 18 artigos incluídos na presente revisão (figura 2).

Depois de analisar de forma individual as informações contidas nas pesquisas escolhidas para este estudo, criou-se o quadro 1 para ilustrar, de forma demonstrativa, as informações compiladas dos artigos analisados, quais sejam: Autores/ano; título da pesquisa, base de dados, *Qualis* do artigo e objetivo.

Figura 2: Fluxograma da escolha dos artigos para a Revisão da Literatura



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Quadro 1 – Artigos escolhidos para Revisão Integrativa no período de 2018 a 2023

Autores/Ano	Título do trabalho	Base de Dados	Qualis	Objetivo
Braga (2018)	Transparência e controle social nas normas sobre Estudo de Impacto De Vizinhança na aglomeração urbana de Piracicaba-SP	Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia	B1	Avaliar os Planos Diretores, e normas urbanísticas correlatas, dos 23 municípios da Aglomeração Urbana de Piracicaba-SP, quanto aos aspectos relativos à transparência e o controle social no processo de análise e aprovação dos Estudos de Impacto de Vizinhança

Almeida Coutinho (2019)	Políticas públicas ambientais e o estatuto da cidade: o desenvolvimento urbano em um estado democrático e de direito	Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law	B1	Analizar como a questão ambiental e as políticas ambientalistas foram tratadas pelo Estatuto da Cidade.
Peres e Cassiano (2019)	O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: avanços e desafios à gestão ambiental urbana	urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	A1	Apresentar um roteiro metodológico para aperfeiçoamento da regulamentação e elaboração de EIVs.
Silva (2020)	Análise jurídica do estudo de impacto de vizinhança como mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável no município de Manaus/AM	Percurso	A3	Avaliar a importância do Estudo de Impacto de Vizinhança para a construção de um meio ambiente urbano equilibrado, desafio que contrapõe o interesse público e o interesse privado, a aplicação de normas de ordem pública e o uso social da propriedade, para que se tenha um desenvolvimento sustentável das cidades
Sant'anna (2020)	Estudo de Impacto de Vizinhança: o perfil da cidade	Revista de Direito da Cidade	A1	Examinar de um dos instrumentos da política urbana - o (EIV) e sua inserção no perfil da cidade, a qual se constitui de corpus, mas também de animus
Inguaggiato, Stanganini e Melanda (2021))	O Estudo de Impacto de Vizinhança como ferramenta de Gestão Urbana em Municípios Paulistas de Médio Porte (100 mil a 400 mil habitantes)	urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	A1	Levantar a legislação sobre EIV nos municípios preestabelecidos, através de revisão bibliográfica e legislativa referente ao tema
Almeida, Calais e Lopes (2021)	(Im)possibilidades do estudo de impacto de vizinhança como instrumento do direito à cidade em Belo Horizonte	Revista de Direito da Cidade	A1	Observar até que ponto tal instrumento contribui para uma gestão mais democrática do espaço urbano belorizontino, contribuindo assim, para que o direito à cidade seja uma realidade
Miranda <i>et al.</i> (2021)	Análise da demanda por Estudos de Impacto de Vizinhança em Goiânia, GO	Revista Baru	A1	Avaliar a demanda por Estudos de Impacto de Vizinhança–EIV em Goiânia, GO.
Scopel <i>et al.</i> (2021)	Estudo de Impacto de Vizinhança: Procedimentos para aprovação no Município da Serra/ES	Revista Ifes Ciência	B1	Apresentar por meio de modelos esquemáticos: o histórico das legislações que tratam o EIV, o fluxo do processo, os agentes envolvidos, e analisar os trâmites necessários para aprovação do EIV no município da Serra/ES
Vieira, Couto e Bello (2022)	A (in)efetividade dos instrumentos do estudo do impacto de vizinhança e estudo de impacto ambiental na região metropolitana de Belém (PA)	Revista de Direito da Cidade	A1	Identificar o grau de eficácia social (efetividade) dos instrumentos de estudos prévios de impacto de vizinhança e de impacto ambiental (EIV e EIA) pelos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB)
Medeiros, Kos e Fauth (2022)	O conceito de vizinhança na legislação urbana brasileira e sua aplicação nos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) em Florianópolis/SC	urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	A1	Demonstrar, a partir de pesquisa em casos concretos, como a vizinhança vem sendo delimitada nos primeiros cinco anos de aplicação do instrumento na cidade de Florianópolis/SC.

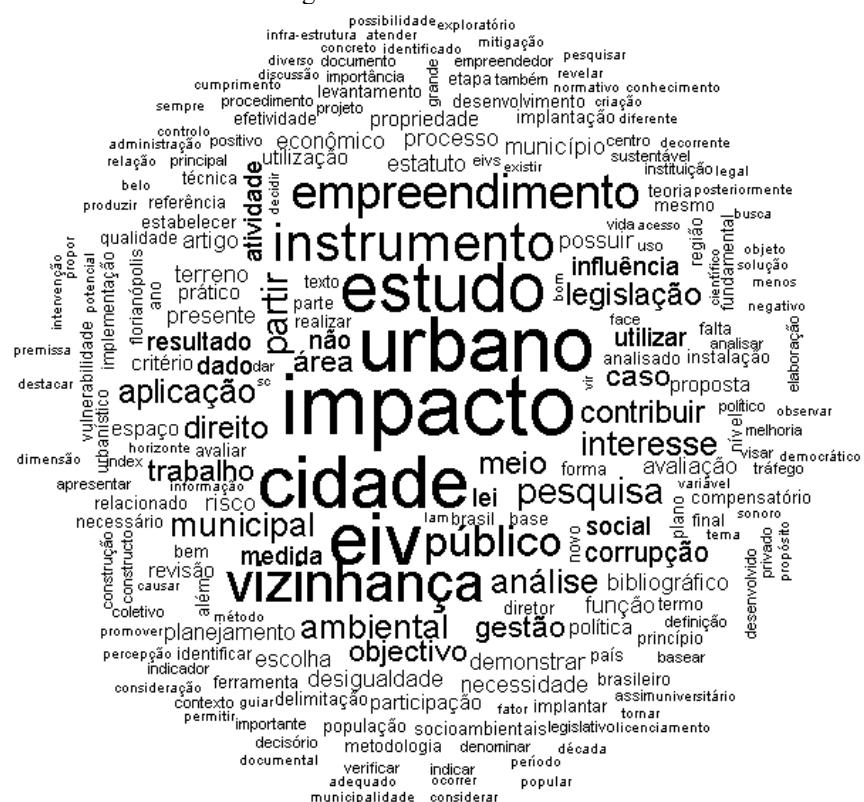
Silva e Marson (2022)	A relevância do estudo de impacto de vizinhança: Conjunto Vera Cruz em Goiânia, Goiás, Brasil	Research, Society and Development	A3	Demonstrar a relevância do Estudo de Impacto de Vizinhança para projetos residenciais, estudo de caso do Residencial Nelson Mandela no Conjunto Vera Cruz em Goiânia, Goiás, Brasil.
Santos Junior e Vasconcelos (2023)	Impactos causados pela polarização: um estudo sobre o Centro Universitário de Goiatusa-Unicerrado.	Research, Society and Development	A3	Verificar se há movimentação pendular, tráfego nas vias públicas e utilização das instalações da instituição e se estes, são suficientes para garantir o mínimo de conforto aos discentes que se deslocam até a mesma e se há alguma influência sobre as pessoas que estão instaladas em suas imediações
Saleme e Micchelucci (2023)	Conveniência da imposição de estudos de impacto de vizinhança e as medidas compensatórias, mitigatórias e retributivas	Revista de Direito da Cidade	A1	Discutir a utilização do estudo de impacto de vizinhança (EIV) como instrumento de efetivação e controle de atividades e empreendimento impactantes e como a legislação urbanística o faz em face das conveniências econômicas geradas por empreendimento públicos ou particulares

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

De forma ilustrativa, apresenta-se na figura 3, uma nuvem de palavras, afim de demonstrar os principais termos que se encontram presentes no objetivo de cada artigo escolhido para ser analisado. Foi possível observar a existência de palavras maiores que as outras, ou seja, quanto maior a palavra mais frequente é nos textos analisados.

A figura 3 ainda demonstra a forma ativa e a recorrência com mais de cinco vezes em todos os textos analisado, apresentando-se interrelacionadas com o tema pesquisado: Impacto (44), Urbano (39), EIV (37), Cidade (37), Vizinhança (34) e Instrumento (20), entre outros. Dessa forma, foi estabelecida a seguinte categoria de análise: O EIV como instrumento para a gestão e planejamento urbano sustentável nos municípios brasileiros.

Figura 3: Nuvens de Palavras



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

4 DISCUSSÃO

Nesta categoria de análise, de uma maneira geral, encontrou-se evidências que o EIV vem sendo utilizado como um dos instrumentos da Política Urbana em todos os municípios brasileiros, assim como, vem identificando possíveis demandas e os desafios a serem enfrentados pela Administração Pública dos municípios, a fim de tornar o ambiente urbano mais habitável, justo e sustentável para o futuro.

A partir desse entendimento, as pesquisas de Vieira, Couto e Bello (2022), Saleme e Micchelucci (2023) e Polizel e Montaño (2023), trazem um ponto em comum em suas abordagens, o fato de que há uma premente necessidade de quebra de paradigma no planeamento urbano dos municípios, controle do uso e da ocupação do solo e do espaço, no sentido de contemplar de forma interdisciplinar o planejamento das cidades e o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Nessa dinâmica, Almeida, Calais e Lopes (2021), alertam para a necessidade de que sejam atendidas todas as demandas do município sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades sociais e efeitos sobre a saúde, sobre o patrimônio cultural, educação, transporte, entre outros, ou seja, os estudos evidenciam que a utilização do EIV se apresenta

como uma alternativa para operacionalizar esforços e indicar medidas mitigadoras em áreas críticas de sofrerem possíveis impactos na vizinhança onde serão implantados os empreendimentos e garantam à sustentabilidade e garantia de bem-estar a seus habitantes.

Da mesma forma, Braga (2018), coloca que existe um caráter de transparência e controle social da política urbana ao se utilizar o EIV, pois, essa ferramenta é capaz de incentivar preservação ambiental, diminuição de conflitos urbanísticos e aumento da qualidade de vida dos moradores. Nessa mesma dinâmica, a falta do planejamento que deveria ser exigido pelo município, acaba causando sério problema a sociedade por não saber o problema atual e futuros gerados pela implantação dos empreendimentos residenciais. Desta forma nota a importância do EIV para a aplicação dos empreendimentos residenciais tanto privado e público, que tem o intuito de propor a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Ficou também evidenciado que existe uma relação entre o EIV e a promoção da sustentabilidade, Silva (2020) mostrou em sua pesquisa que a dimensão ambiental utilizada nos processos desenvolvidos durante a implementação do EIV, partem do princípio de que o planeamento urbano deve ter em conta espaços culturais e ter explicitamente por objetivo promover a qualidade de vida no ambiente urbano e a sustentabilidade.

Com relação às questões ambientais, ficou evidenciado na pesquisa Fernandes de Medeiros, Kos e Fauth (2022), que existe preocupações com as alterações climáticas e estão presentes nas políticas urbanas e a função social da propriedade urbana, na implementação do EIV pelo município, voltadas para o atendimento das demandas ambientais futuras de acordo com o bem coletivo e as possíveis implicações das decisões tomadas no presente.

Por isso, entende-se que o município que utiliza o EIV em seus processos, terá maiores chances de construir espaços urbanos mais harmônicos, atrativos e seguros, oferecendo também serviços e facilidades para atender todas as necessidades básicas dos cidadãos, como por exemplo, o direito social à moradia a todos. Adicionalmente, pode-se dizer que o EIV é capaz de intervir no ambiente construído na busca de efeitos positivos voltados diretamente à questão urbana, ou seja, quem são e onde estão os suscetíveis a serem prejudicados nas cidades e o desenvolvimento de espaços culturais e históricos e a variedade de modos alternativos de mobilidade e acessibilidade para as três dimensões do desenvolvimento sustentável: Econômico, Social e Ambiental.

5 CONCLUSÃO

Ao concluir a presente pesquisa ficou evidenciado que o EIV é uma ferramenta que se adotada de forma eficiente será capaz de contribuir com a criação de cidades sustentáveis, por meio do

equilíbrio entre crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Válido acrescentar que o conteúdo das pesquisas permitem afirmar que se mostra primordial a adoção de ferramentas que contribuam com a sustentabilidade das cidades e assim garantir o acesso equitativo a recursos e oportunidades e melhorar a qualidade de vida de todos os residentes.

Outra inferência que se faz nos conteúdos encontrados nas pesquisas analisadas é o fato de que quando se fala de desenvolvimento urbano sustentável, pode-se citar o EIV como uma ferramenta capaz de priorizar o planejamento a longo prazo e soluções inovadoras para enfrentar os desafios da rápida urbanização e mudanças climáticas em curso na atualidade com grande velocidade.

Foi possível verificar no conteúdo das pesquisas analisadas que existe um consenso emergente da necessidade de haver um planejamento urbano das cidades e o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, devendo interagir entre si e em todos os processos voltados para o rápido crescimento das cidades e o desenvolvimento urbano sustentável.

De uma maneira geral, o conteúdo dos artigos analisados aponta para a ideia de que a utilização do EIV pelos municípios poderá servir como uma estratégia para orientar as cidades em direção à sustentabilidade é facilitar um processo de planejamento urbano baseado em visões positivas e acessibilidade para as três dimensões do desenvolvimento sustentável: Econômico, Social e Ambiental.

Por fim, ficou evidente que as tendências atuais, sugerem que essa expansão urbana causará impactos diretos ao meio ambiente e seus impactos indiretos também irão aumentar, ao longo do tempo e do espaço. Portanto, o EIV se apresenta como uma ferramenta eficiente da urbanização contemporânea, apresentando uma série de contribuições para o enfrentamento dos imensos desafios para se alcançar a sustentabilidade global, entre os quais a conservação da biodiversidade, espaços urbanos mais harmônicos, atrativos, seguros e o bem-estar humano.

Inúmeros esforços existem para estabelecer prioridades e ações para promover a sustentabilidade no desenvolvimento urbano. Aqui, ficou evidenciado que o EIV pode contribuir com os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em particular o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 sobre inclusão, segurança, cidades resilientes e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA COUTINHO, N. C. Políticas públicas ambientais e o estatuto da cidade: o desenvolvimento urbano em um estado democrático e de direito. *Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law*, v. 12, p. 153-167, 2019.

ALMEIDA, R. M.; CALAIS, C. M.; LOPES, V. C. (Im)possibilidades do estudo de impacto de vizinhança como instrumento do direito à cidade em Belo Horizonte / (Im)possibilities of the neighborhood impact study as an instrument for the right to the city in Belo Horizonte. *Revista de Direito da Cidade*, v. 13, n. 2, p. 901-920, 2021. DOI: 10.12957/rdc.2021.57258. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/57258>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ALVES, D. C. Caótica nuvem de palavras do século XXI. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 9, n. 1, p. 133-134, 2022. DOI: 10.47456/simbitica.v9i1.38307. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/38307>>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRAGA, R. O Estatuto da Cidade para as cidades brasileiras: possibilidades e limites. *Congresso Luso Brasileiro para o desenvolvimento urbano, regional, integrado e sustentável*. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 17 abr 2024.

BRASIL. (2001). Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2001/L10257.htm

BRASIL. (2001). Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2001/L10257.htm

FABRÍCIO, E. P. et al. Planejamento urbano sustentável. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 2, p. 1326-1338, 2019.

FRANCO, A. A. Ludicidade, Memória e Aprendizagem: Tempo de Decomposição dos Resíduos Sólidos no Meio Ambiente. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Biociências. Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional em Ensino das Ciências Ambientais, 2020.

INGUAGGIATO, F. F.; STANGANINI, F. N.; MELANDA, E. A. O Estudo de Impacto de Vizinhança como ferramenta de Gestão Urbana em Municípios Paulistas de Médio Porte (100 mil a 400 mil habitantes). *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 13, p. e20200059, 2021.

KRONEMBERGER, D. M. P. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. *Ciência e cultura*, v. 71, n. 1, p. 40-45, 2019.

MEDEIROS, C. F.; KÓS, J. R.; FAUTH, G. (2022). O conceito de vizinhança na legislação urbana brasileira e sua aplicação nos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) em Florianópolis/SC. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 14. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20220020>

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na Enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem* Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 758-64. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 17 ago 2024.

MIRANDA, E. P. A. et al. Análise da demanda por estudos de impacto de vizinhança em goiânia, GO. *Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, v. 7, n. 2, p. 13-13, 2021.

MOURÃO, A. A. et al. Trajetória dos estudos de impacto de vizinhança em Goiânia, GO. *Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, v. 5, n. 2, p. 275-283, 2019.

Peres, R. B., & Cassiano, A. M. (2019). O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: avanços e desafios à gestão ambiental urbana. v.11, e20180128. DOI <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180128>

POLIZEL, J., MONTAÑO, M. "O uso do estudo de impacto de vizinhança como instrumento de avaliação de impacto integrado ao planejamento de cidades: o caso do município de São Carlos (SP)." *Desenvolvimento e Meio Ambiente.*, 61, 260-283. DOI: 10.5380/dma.v61i0.79281 e-ISSN 2176-9109, 2023.

SALEME, E. R.; MICCHELUCCI, A. Conveniência da imposição de estudos de impacto de vizinhança e as medidas compensatórias, mitigatórias e retributivas. *Revista de Direito da Cidade*, v. 15, n. 2, p. 586-612, 2023.

SALEME, E. R.; MICCHELUCCI, A. Conveniência da imposição de estudos de impacto de vizinhança e as medidas compensatórias, mitigatórias e retributivas. *Revista de Direito da Cidade*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 586–612, 2023. DOI: 10.12957/rdc.2023.61380. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/61380>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SANT'ANNA, I. A. C. M. Estudo de Impacto de Vizinhança: o perfl. da cidade / Urban Previous Impact Assessment: the face of the city. *Revista de Direito da Cidade*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 45–59, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/11288>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SANTOS JUNIOR, A. F.; VASCONCELOS, R. S. Impactos causados pela polarização: um estudo sobre o Centro Universitário de Goiatusa-Unicerrado. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 2, p., 2023.

SCOPEL, B. C.; ROCHA, S. F.; SOUZA, J. F.; ZORZAL, F. M. B. Estudo de impacto de vizinhança: procedimentos para aprovação no município da Serra/ES. *Revista Ifes Ciência*, v. 7, n. 1, p. 01–13, 2021. DOI: 10.36524/ric.v7i1.958. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/958>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILVA, P. A. da; MARSON, N. A. M. A relevância do estudo de impacto de vizinhança: Conjunto Vera Cruz em Goiânia, Goiás, Brasil. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 11, p. e483111131679, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i11.31679. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/31679>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SILVA, L. M. O município de Lajeado/RS na perspectiva do objetivo de desenvolvimento sustentável número 11 da ONU. 2022.

SILVA, P. A.; MARSON, N. A. M. A relevância do estudo de impacto de vizinhança: Conjunto Vera Cruz em Goiânia, Goiás, Brasil. Research, Society and Development, v. 11, n. 11, p, 2022.

OEIRO VIEIRA, B. et al. A (in)efetividade dos instrumentos do estudo de impacto de vizinhança e estudo de impacto ambiental na região metropolitana de Belém (PA). Direito da Cidade, v. 14, n. 2, 2022.

SOUZA, Y. S. O. et al. O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. Pesquisa prática psicossociais, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-19, jun. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 dez. 2024.

VIEIRA, B. S.; COUTO, M. H. S. H. F. do; BELLO, L. A. L. A (in)efetividade dos instrumentos do estudo do impacto de vizinhança e estudo de impacto ambiental na região metropolitana de Belém (PA) / The (in)effectiveness of the instruments of the neighborhood impact study and environmental impact study in the metropolitan region of Belém (PA). Revista de Direito da Cidade, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 768–793, 2022. DOI: 10.12957/rdc.2022.55964. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/55964>. Acesso em: 30 jan. 2024.

VENTURA, A. C. Estudo de impacto de vizinhança - Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2020. 59 p.: il. ISBN 978-65-5631-001-5. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31904/1/ebook-estudo_de_impacto_de_vizinhanca.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.